

ATA NÚMERO 103/XII (2.ª)

Aos treze dias do mês de março de 2013, pelas 10 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:30 Horas:

Audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República.

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, e do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Feliciano Barreiras Duarte, e explicou a metodologia dos trabalhos.

O Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares entregou ao Senhor Presidente da Comissão o Plano de Desenvolvimento e Redimensionamento da RTP, aprovado a 12 de março de 2013 pelo Conselho de Administração da empresa — o qual validou sem alterações —, pedindo aos Senhores Deputados a ressalva da devida confidencialidade, após o que fez uma breve intervenção inicial, na qual sublinhou que o objetivo do Plano era o de adequar a estrutura de custos da empresa à atual conjuntura de crise; que a partir do próximo ano a RTP deixará de beneficiar da indemnização compensatória, passando a depender apenas das suas receitas comerciais (40 milhões de euros) e da contribuição do audiovisual (140 milhões de euros); que tem de ser consolidado um novo perfil empresarial para a RTP, procurando novas receitas e maximizando as já existentes; que se vai proceder a uma renovação técnica e tecnológica de modo a estabilizar o posicionamento da empresa na era do HD e do digital; que a RTP tem de operacionalizar os seus arquivos audiovisuais e sonoro e racionalizar a sua estrutura orgânica; que é necessário encontrar um parceiro tecnológico para, dessa forma, assegurar o desenvolvimento e a sustentabilidade futura da empresa; que vai haver uma diminuição de gastos com pessoal na

ordem dos 28%, através de rescisões amigáveis e reduções salariais; que vai haver cortes nos custos das grelhas.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Jacinto Serrão (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Margarida Netto (CDS-PP) e Francisca Almeida (PSD).

O Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) colocou questões sobre a salvaguarda do interesse público de rádio e televisão; a descredibilização e a descapitalização da empresa; a perda de audiências; o despedimento de trabalhadores; a falta de audição da Comissão de Trabalhadores em todo este processo; a razão de ser da necessidade de encontrar um parceiro tecnológico quando a empresa está sobredimensionada; o incumprimento do contrato de concessão do serviço público e a falta de apresentação do plano plurianual; o futuro das Delegações Regionais dos Açores e da Madeira e do Centro de Produção da RTP Porto.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) solicitou esclarecimentos sobre a descaracterização do serviço público de rádio e televisão; os trabalhadores que vão ser despedidos e a diminuição de gastos com pessoal; o incumprimento do contrato de concessão de serviço público; o corte nas indemnizações compensatórias; os investimentos na grelha; o sobredimensionamento da RTP; a rentabilização de recursos humanos e financeiros; o plano para as Delegações Regionais dos Açores e da Madeira, para o Centro de Produção da RTP Porto e para as outras delegações regionais existentes no País.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) questionou o Senhor Ministro sobre o sobredimensionamento da RTP; a violação da Constituição da República Portuguesa e da Lei da Televisão; a falta de investimento no serviço público; os compromissos do serviço público de televisão e rádio; o processo de reestruturação da RTP, SA, e o corte de 28% nos custos com pessoal e de 30% nos salários; os trabalhadores que vão ser despedidos; o futuro das Delegações Regionais dos Açores e da Madeira e do Centro de Produção da RTP Porto; e o investimento na grelha.

A Senhora Deputada Margarida Netto (CDS-PP) colocou questões sobre a modernização e reestruturação da empresa; a salvaguarda do interesse público; a aposta na manutenção e reforço dos canais internacionais; e a projecção da lusofonia através da RTP Internacional.

A Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) colocou questões ao Senhor Ministro sobre o reforço da independência financeira da RTP; a redução dos recursos humanos e o programa de saídas voluntárias; o investimento previsto para a parceria tecnológica; a aposta na grelha de programação; a importância da RTP Internacional para as comunidades portuguesas e a sua programação; e a permuta de conteúdos e de sinergias ao nível da RTP África.

O Senhor Ministro respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo-se referido ao novo perfil empresarial da empresa; ao facto de a comissão de trabalhadores ter sido ouvida pelo Conselho de Administração da RTP; à necessidade de a empresa viver da taxa do audiovisual e das receitas publicitárias; ao investimento na grelha; à necessidade de encontrar um parceiro que garanta o salto tecnológico da RTP; à otimização do serviço do *Euronews*.

Referiu-se, ainda, à necessidade de reduzir em 28% os gastos com pessoal e de operacionalizar os arquivos audiovisual e sonoro, com a recuperação física dos acervos de áudio e de vídeo; ao mandato que foi dado ao Conselho de Administração da RTP para encetar negociações com os governos regionais para que se encontre um novo modelo para as Delegações Regionais dos Açores e da Madeira; à racionalização da estrutura orgânica da empresa; à RTP Internacional e RTP África, importantes ativos estratégicos a preservar; à necessidade de investir na melhoria da programação da RTP Internacional e na RTP África e intensificar a permuta de conteúdos entre as televisões de serviço público de cada país.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), José Lino Ramos (CDS-PP) e Carla Rodrigues (PSD).

Foram reiteradas muitas das questões anteriormente abordadas, designadamente sobre o perfil de serviço público de rádio e televisão; a definição de um serviço autossustentável; o parceiro tecnológico; a perda de audiências e o investimento na grelha televisiva; a redução de gastos com pessoal; a valorização da lusofonia e a diáspora portuguesa; a revisão das obrigações do serviço público; o corte nos salários; e o Centro de Produção da RTP do Norte. Foram ainda solicitados esclarecimentos acerca do Programa Impulso Jovem e a assinatura de um protocolo com as associações ligadas aos meios de comunicação social, a imprensa e as rádios regionais e a legislação que possa vir a apoiar este sector.

O Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas. Na referida resposta referiu-se ao Centro de Produção da RTP do Norte e aos Centros Regionais dos Açores e da Madeira; à revisão do valor do contrato com a *Euronews*; ao investimento tecnológico; à RTP Internacional; à valorização das grelhas e às audiências; ao número global das rescisões amigáveis e à redução nos salários; e ao Programa Impulso Jovem.

De seguida, o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Feliciano Barreiras Duarte, teceu uns breves esclarecimentos sobre a regulamentação que o Governo está a preparar em matéria de apoio à imprensa e rádios regionais e de reforma do sector da comunicação social.

Na terceira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Jacinto Serrão (PS), Inês de Medeiros (PS) Pedro Delgado Alves (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Margarida Netto (CDS-PP), Maria Conceição Caldeira (PSD) e Odete Silva (PSD).

O Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas, concluindo-se assim a audição regimental.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio, que se encontra disponível no site do Parlamento http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/12_cpecc/20130313cpecc.wmv, razão pela qual não se procede aos seu desenvolvimento.

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de fevereiro de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Carla Cruz
Carla Rodrigues
Cecília Honório
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Odete Silva
Orísia Roque
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo
Isabel Alves Moreira
João Lobo
José Lino Ramos
Margarida Neto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
João Portugal
Luís Pita Ameixa



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Manuel Seabra

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Lídia Bulcão

Raúl de Almeida

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 09/04/2013.